



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**DESAFIOS DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I**

ROSANA NOBRE DE SOUZA

ORIENTADOR (A): Profª. MSc. CLEIA ALVES NOGUEIRA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

ROSANA NOBRE DE SOUZA

**DESAFIOS DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Profa. MSc. Cleia Alves Nogueira

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSANA NOBRE DE SOUZA

DESAFIOS DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Cleia Alves Nogueira (Orientadora)

Rosania Aparecida Stoco de Oliveira (Examinadora)

Rosana Nobre de Souza (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

A minha amada família, esposo Adib Lopes e filhos Hyann Phelipe, Isabela e Iago e em especial as crianças/alunos com deficiências que merecem todo meu respeito e consideração. Por fazerem parte desse processo de inclusão com tanta garra e coragem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que concedeu a graça de ter força e saúde para chegar até o fim.

Ao meu esposo Adib Lopes, que mesmo suportando minha ausência em muitos momentos acabou me dando força para concluir esta especialização, aos meus 3 filhos Hyann Phelipe, Isabela e Iago, que deixaram de desfrutar momentos comigo, por minha mãe que me ensinou a ser guerreira e ir em busca de meus ideais.

Agradeço, aos colegas que juntos trocamos experiências, informações e conhecimentos que só agregaram valores para nossa profissão, em especial ao nosso tutor presencial (Ferrerinha) que se mostrou mais que um simples tutor, mais um grande amigo e companheiro nos auxiliando com verdadeiro afinco e compromisso, algo de tanta valia para um curso com essa temática, onde aborda o bom relacionamento e principalmente as boas e saudáveis relações.

A minha orientadora Profa. MSc. Cleia Alves Nogueira, que sempre levou com leveza e conhecimento todo o processo e desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos, orientando sempre com bastante eficácia, a coordenação do curso pela situação de promover um curso tão necessário para educadores como eu, que necessitam aprimorar os ações em relação a inclusão na sala de aula. Enfim, a todos que direta ou indiretamente puderam contribuir para grandeza dessa especialização.

RESUMO

Os desafios enfrentados pelos professores para inclusão de alunos com deficiência intelectual - DI são diversos, principalmente sabendo que a DI é algo muito particular, individual e muitas vezes não perceptível visualmente, e sim através de comportamentos e atitudes que os diferenciam dos demais. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde procurou analisar as percepções de professores quanto a inclusão de alunos com deficiência intelectual, em uma escola de Rio Branco, de modo a identificar as ações e os desafios enfrentados pelos mesmos em sala de aula, para lidar com estes alunos e suas especificidades. Foi utilizado um questionário como instrumento de pesquisa realizado com 4 professores da sala regular e 1 professor da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, em uma instituição escolar estadual na cidade de Rio Branco. Percebemos que, mesmo com a Declaração de Salamanca (1994), ainda nos dias atuais, a educação especial é tratada por alguns com descaso e de certa forma negligenciada, e é apresentada em grande parte em formas de integração e sem maior aprofundamento, realçando assim o preconceito nas escolas de ensino fundamental I e a falsa forma de incluir alguns alunos com deficiência, incluindo os alunos com DI. Mostrou-nos que a inclusão precisa ser um processo natural, mesmo que gague algumas dificuldades de aceitação por parte de toda sociedade, mas que seja pensado, planejado e analisado mostrando os reais caminhos a percorrer, não somente ser realizado para cumprir uma legislação. Percebeu-se também a necessidade e o comprometimento da família e escola sendo parceiras, para que ocorra de forma mais promissora o desenvolvimento humano das crianças/filhos/alunos destes. A falta de conhecimento e o improvisado por parte do corpo docente é clara e visível, mas há esperança de mudança e busca de novos caminhos por parte de alguns, principalmente por parte dos profissionais comprometidos, pois na educação há muitos docentes que vão em busca do conhecimento, fazendo realmente parte da mudança. Visa-se também por parte destes, uma política da igualdade em relação ao desenvolvimento humano onde toda a clientela que apresenta deficiência intelectual seja realmente atendida e incluída nos ambientes escolares através de especialistas capacitados, comprometidos e preparados.

Palavras-Chave: Inclusão. Deficiência Intelectual. Professores. Desenvolvimento Humano.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Conhecendo a educação especial e a educação inclusiva	15
2.2 Conhecendo a deficiência intelectual	16
2.3 Capacitação de professores para atuarem no ensino especial	18
3 OBJETIVOS	20
3.1 OBJETIVO GERAL	20
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	20
4 METODOLOGIA	21
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia	211
4.2 Contexto da pesquisa	221
4.3 Participantes	232
4.4 Materiais	213
4.5 Instrumentos	233
4.6 Procedimentos de construção e dados	243
4.7 Procedimentos de análise de dados	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5.1 INCLUSÃO E AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES	25
a) A inclusão é uma realidade nas salas de aula	25
b) Professores atendem crianças com DI, mas tem dificuldades de explicar sobre a deficiência	27
c) A DI e os grandes desafios dos professores	28
d) Professores e a necessidade do apoio familiar	29
5.2 ESTRATÉGIAS E PERCEPÇÕES DE PROFESSORES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO	31
a) Prática e metodologias de professores como forma de estratégias positivas	31
b) Capacitação de professores como perspectiva para o processo de inclusão de qualidade	33
c) Percepção de professores reforçando o apoio familiar	355
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37

REFERÊNCIAS	38
--------------------------	----

APÊNDICES

A – Questionário para Professor - (Modelo)	40
---	----

ANEXOS

A - Carta de Aceite Institucional (Modelo)	43
---	----

B - Carta de Apresentação (Modelo)	44
---	----

C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	45
--	----

1. APRESENTAÇÃO

Sabe-se que a inclusão ainda é algo que está sendo construído, um processo que os caminhos e formas com as quais ela acontece, permanece muitas vezes a passos lentos. Onde não é incorporada por diversos motivos, onde um deles é a verdadeira exclusão dos conhecimentos que devemos nos apropriar enquanto docentes comprometidos com uma educação de qualidade.

Sendo assim, a temática deste trabalho foi escolhida por sentir a falta de investimento e vontade política, para preparar profissionais da educação de fato, tendo em vista o amparo legal, para que a inclusão seja realmente efetuada e contemplada por todos. Crianças com deficiências físicas, apesar de todo descaso que há, são bem melhores assistidas, que as crianças com deficiência intelectual, essas que estão bem mais presentes no nosso cotidiano e que merecem e devem receber um olhar e uma preocupação mais direcionada e assistida por todos, sendo que vivenciamos com essa deficiência em grande quantidade e descaso. Afinal: O que realmente nos garante a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015? Por que professores encontram dificuldades em aplicar a lei como algo de prevenção e combate a não inclusão ou a exclusão de toda e qualquer forma? Renovando nossas práticas cotidianas tentaremos responder a estes questionamentos. Enquanto profissional da educação, mais precisamente, desde o ano de 2001, me sinto leiga neste assunto da inclusão. E, por este motivo, compartilho com você leitor minha trajetória de vida:

Primeiro fiz meu ensino médio de magistério, não por opção, mas por ser a única oportunidade que tive no ano de 1994 nesta cidade de Rio Branco – AC. Na época não tinha condições financeiras para pagar uma escola particular, e todas as escolas de 2º grau (atual ensino médio) não tinham vaga, e eu e minha mãe percorremos por todas as escolas que aqui existiam (Colégio Acreano, CERB, Ética, Heloisa Mourão Marques, Serafim, entre outras). A cidade é pequena e com poucas oportunidades de vagas como assim é até os dias atuais tive que fazer uma avaliação, pois caso tirasse boa nota teria a vaga no Instituto de Educação Lourenço Filho, que só oferecia Magistério, e assim o fiz, passei e ingressei para estudar, automaticamente estava me preparando para ser professora. Sempre questionei que o magistério era injusto, pois não preparava ninguém para competir em um vestibular, passávamos 4 anos estudando matérias que direcionavam apenas para ser professor, e isto muitas vezes me revoltava, principalmente que o último ano era apenas dedicado as didáticas.

Com isso, em 1998, me formei, estava habilitada para ser professora, porém não preparada para prestar vestibular e muito menos um concurso público que de certa forma me desse uma estabilidade.

Somente em 2001, consegui meu primeiro emprego na creche Sagrado Coração de Maria. Antes disso, sempre prestei vestibular, minha intenção sempre foi fazer Direito, meu sonho era ser Juíza, Promotora, mas isso para mim sempre foi um grande sonho e sempre será, pois pobre, e sem muitas oportunidades nunca consegui melhorar minhas questões escolares, sempre estava na média, e mesmo acreditando em meu potencial, não foi possível.

Após engajar na profissão através de indicação, no auge de meus 22 anos consegui meu primeiro emprego por conta de minha formação em magistério. Na creche onde trabalhava a realidade das crianças, era bem difícil, a maioria das crianças eram filhos de pais presos, desempregados, com condições financeiras de muita dificuldade, crianças com 2 anos que relatavam na roda de conversa, que seu sonho era ter uma escopeta, um revolver, ser bandido, crianças com seus sonhos ceifados em pleno berço, pois a única realidade que viviam era esta que nos apresentava.

Essa questão de fazer alguém sonhar além do que podemos mostrá-lo como realidade vivida, é uma tarefa muitas vezes impossível, como mostrar uma possibilidade de vida sabendo que você é oriunda dessa realidade também, e vendo que praticamente a única situação e possibilidade que você pode fazer enquanto educador é vivenciar sentimentos e em poucas situações.

Em cada novo trabalho, percorri um novo trilha e novos encontros e novas histórias, às vezes realidades duras, e outras mais suaves e bem vividas, com isso ficava claro a desigualdade social que se tinha nessa pequena cidade de Rio Branco. A linguagem era sempre igual para todos, porém, era possível observar claramente, que alguns tinham capacidade mental de desenvolvimento por oportunidades vividas de compreensão e pleno desenvolvimento humano, enquanto outros mal conseguiam acompanhar, numa mesma faixa de idade, mesmo bairro, às vezes a mesma família, mas, cada um com sua estrutura e sua história particular, as quais facilitavam ou dificultavam, e muito, a vida e a oportunidade de até querer uma vida melhor.

Muitas crianças têm claro em suas mentes que nada podem, que só em ir à escola já é o suficiente, que ao merendar na escola é ótimo, suas perspectivas precisam ser estimuladas, e a realidade das crianças com deficiência apresenta-se com muito mais indiferença perante a sociedade que nos é apresentada. Enquanto docente sempre tive em minhas raízes as histórias

vividas por mim da desigualdade, da falta de oportunidade da forma igualitária para todos, portanto sempre tive a prática de lidar com meu aluno seja em qual condição este esteja de tratá-lo de igual maneira, lhe oferecendo as mesmas oportunidades que ofereço a toda turma. Porém, essas práticas aconteciam, por pensar que devia fazer o melhor, pois tenho filhos e pensava e penso que poderiam ser eles no banco da escola com um profissional assim preocupado e compromissado em ensinar. Por me sentir na condição de mudar algo que esteja em minhas mãos me preocupo em me especializar em assuntos que minha profissão não oportuniza nem a mim nem aos meus colegas de profissão, me pergunto sempre como lidar com essas crianças com deficiência sem estar preparada? Onde está/ possa ter seu pleno desenvolvimento?

Em 2004, fiz pedagogia, e esta fiz em faculdade particular, concluí em 2008 com êxito e feliz, pois com muita dificuldade financeira e familiar pude concluir minha faculdade me sentindo assim mais preparada para auxiliar novos alunos e assim melhorar minhas condições financeiras que nunca tinha sido muito boa, apesar de que neste curso nada foi tratado sobre a inclusão e a data de minha conclusão de curso é bem mais atual que a própria declaração de Salamanca. Em 2009 passei no primeiro concurso efetivo de professora em escola da rede privada, onde ainda estou até o momento como também na rede pública estadual. Fiz graduação e 1 pós-graduação particular e 2 em faculdades públicas as quais concluí no ano corrente.

A minha visão de mundo me fez analisar e observar muitas coisas com outra ótica, tudo que vivi, e tudo que posso e devo promover em minha prática docente, observar e valorizar outras culturas e diferenças entre os seres humanos, abrindo assim os horizontes das boas vivências e relações entre todos.

As crianças com deficiência e sem oportunidades, na sua grande maioria não se sentem capacitadas a mudar sua vida, a melhorar suas condições, e seus sonhos ficam consigo e em seus travesseiros.

Minha rotina é frisar sempre que todos somos iguais, que devemos ler livros e ler o mundo observando novas histórias, que tenham princesas das diversas formas que há no mundo, e reinventar as histórias já existentes com novos personagens com características, negras, indígenas, com deficiências, onde essas crianças se sintam realmente pertencentes ao mundo que estão inseridas.

As características de cada um e dificuldades de cada ser humano aumenta quando nos fechamos para o mundo. Não entender é um dos grandes pontos de partida, pois com essa

problemática você se torna autor da própria história e vai em busca de respostas e conhecimentos.

Diante do relato da trajetória desta pesquisadora, enquanto professora docente, apresento o este trabalho que encontra-se organizado em seis capítulos, da seguinte forma:

No Capítulo 2 - **Fundamentação Teórica**: abordamos a educação especial e a inclusiva, bem como, o conceito de Deficiência Intelectual e trazemos também reflexões sobre a capacitação de professores para atuarem no ensino especial.

No Capítulo 3 – **Objetivos**: detalhamos os objetivos específicos deste trabalho, a partir do objetivo geral que é analisar as percepções de professores quanto a inclusão de alunos com deficiência intelectual, em uma escola de Rio Branco.

No Capítulo 4 – **Metodologia**: detalhamos o caminho percorrido durante esta pesquisa, bem como, os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Abordamos os procedimentos utilizados para análise dos dados e, a partir de categorias, realizamos análise dos dados de modo a atingir os objetivos traçados.

No Capítulo 5 – **Resultados e Discussão dos Resultados**: os dados coletados foram apresentados e a discussão foi realizada com base no referencial teórico abordado neste estudo.

No Capítulo 6 – **Considerações Finais**: trazemos as reflexões obtidas e indicamos contribuições e recomendações para futuras pesquisas.

Com a organização do capítulos pretendemos tornar a leitura deste trabalho clara ao leitor, de modo a levá-los junto conosco a uma importante reflexão a respeito dos desafios de professores para inclusão de alunos com Deficiência Intelectual em uma escola de Rio Branco – AC.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A deficiência intelectual é uma das problemáticas de maior relevância nas salas de aula bem como apresentada em maior número e que por muitas vezes passa despercebido em relação a inclusão.

As deficiências não são apenas físicas e mentais propriamente ditas, mas há de fato um grande percentual ligado a essa situação, como cita Ampudia (2011, s. p.):

O Instituto Inclusão Brasil estima que 87% das crianças brasileiras com algum tipo de deficiência intelectual têm mais dificuldades na aprendizagem escolar e na aquisição de novas competências, se comparadas a crianças sem deficiência.

Com isso, percebemos que realmente o número é consideravelmente grande, e devemos nos atentar a essa necessidade, para que assim possamos desenvolver um bom trabalho com essas crianças/alunos.

Muitas vezes temos dificuldade no processo de ensino aprendizagem com diversos alunos, e nem paramos para entender as reais necessidades que esse deve ter e precisa. Segundo Alonso (2015, n.p.), “as limitações impostas pela deficiência dependem muito do desenvolvimento do indivíduo nas relações sociais e de seus aprendizados, variando bastante de uma criança para outra”.

Portanto, entender o que passa com cada ser individualmente nos prepara para realmente realizar um bom trabalho e promover o desenvolvimento humano daquele indivíduo em especial.

Com isso, percebe-se a necessidade de um estudo mais elaborado e aprofundado nessa área de tão ampla necessidade, para que a exclusão não seja corriqueira, como presenciamos e vemos até mesmo em nossas ações por não compreender essa deficiência. Mantoan (2006, s. p.) nos diz que: “a exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar”. E isso normalmente acontece com alunos com deficiência intelectual porque precisam de outro olhar, de uma nova perspectiva que não esteja pronta no cronograma, plano anual e ou mesmo no referencial curricular, onde não os contempla e estes ficam à mercê da sorte e do improviso profissional.

Segundo Marciel e Barbato (2010, p. 206): “Entre as mudanças curriculares, avaliativas, didáticas, tecnológicas, culturais etc., o debate sobre a Educação Inclusiva tem

assumido destaque nas preocupações docentes. É, sem dúvida, motivo de frequente inquietação por parte dos educadores”.

A não compreensão da maioria sobre o processo de inclusão causa conflitos e insegurança, o que de fato é normalmente compreensível, pois quando não entendemos claramente, não podemos achar normal, e pais, alunos, comunidade escolar, e a própria sociedade acaba dificultando o processo de inclusão, tornando este um mero processo de integração. Menciona Mantoan (2003, s.p.): “Há também um movimento de pais de alunos sem deficiências, que não admitem a inclusão, por acharem que as escolas vão baixar e/ou piorar ainda mais a qualidade de ensino se tiverem de receber esses novos alunos. Esse é um dos fatores e problemáticas que assola e dificulta o processo de inclusão, a falta de conhecimento e envolvimento da sociedade como um todo, pois junto com a inclusão aparece o preconceito e o descaso de alguns.

De acordo com Candau (2011, p. 30):

A escola tem enorme potencial de proporcionar melhores condições de vida para os grupos marginalizados, assim como a superação do racismo e da discriminação e de toda e qualquer desigualdade social, tornando possível a construção da capacidade de amar e sonhar.

Devemos promover a compreensão desse processo com certa urgência levando em conta a solidariedade e o respeito par com o outro embasado na lei e na obrigação de fazer, pois pessoas, compreensivas são solidárias e respeitosas e outras só aceitam mudanças quando se menciona a justiça, segundo Maciel e Barbato (2010, p 205).:

A legislação brasileira – por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96) e das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n. 2/2001) tem avançado significativamente, com o objetivo de organizar a educação especial / inclusiva em todo território nacional.

Isso é o que almejamos e queremos enquanto docentes, que essa regularização realmente aconteça, principalmente em relação a formação de profissionais de educação, onde esses de fato e de direito possam acolher esses docentes com deficiências e possam desenvolver plenamente, principalmente desenvolvendo habilidades que lhes tornem capazes de serem incluídos não só na escola mas nos diversos ambientes da sociedade.

2.1. Conhecendo a educação especial e a educação inclusiva

Para que possamos compreender melhor uma situação de pesquisa, precisamos conhecer de fato esse processo de inclusão bem como sua aceitação e funcionamento.

Sendo assim, a educação especial visa esse atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, com surdez, cegueira, problemas intelectuais e mentais, bem como as múltiplas deficiências em conjunto.

Já a educação inclusiva visa integrar através de leis e ações esses alunos com deficiência no meio social através da acessibilidade física e humana, principalmente nos ambientes escolares de ensino normal, onde esses possam ser atendidos e assistidos adequadamente conforme sua necessidade e que possa ter seu pleno desenvolvimento humano garantido de acordo com suas capacidades.

Portanto, educação especial e inclusiva estão intrinsecamente ligadas, uma vez que uma complementa a outra. A especial por direcionar as ações as diversas e múltiplas deficiências, e a inclusiva por fazer garantir a inserção desses alunos em ambientes escolares. Porém, sabemos que muitos profissionais em educação necessitam ser capacitados para que essa inclusão não passe de integração escolar. Pois lidar com crianças/alunos com necessidades especiais é algo particularmente diferente e precisa acima de tudo conhecimento, envolvimento e capacitação.

O conceito de educação inclusiva surgiu a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca. A ideia é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência.

Do ponto de vista pedagógico está integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto. No entanto, por vezes, surge uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem integrar as crianças com necessidades especiais devido à necessidade de criar as condições adequadas. (EDUCAÇÃO INCLUSIVA/ESPECIAL, 2015, s. p.).

É exatamente essa questão da preparação do conjunto num todo devemos nos ater, pois necessitamos de preparo em todos os âmbitos, seja físico e/ou humano, em especial destaque o humano, pois sem esta preparação tão necessária, o físico fica obsoleto, pois para que há uma integração de acessibilidade, porém não há pessoas preparadas para atender com eficácia essas pessoas que realmente necessitam de atendimento especializado e diferenciado em situação individualmente particular.

2.2- Conhecendo a deficiência intelectual

Conhecer a deficiência intelectual é algo muito complexo, mas saber os caminhos a percorrer é bem possível, pois sabemos que muitas e muitas crianças do ensino fundamental apresentam essa deficiência, pois não conseguem desenvolver habilidades relacionadas à sua idade/série, dificultando seu desenvolvimento cognitivo.

O pedagogo na verdade pode somente suspeitar que há algo errado com uma criança que de alguma forma foge aos padrões da normalidade humana, do que poderíamos dizer “do comum”, e direcionar a família as observações e o que deve ser levado em consideração, partindo assim para os caminhos da saúde.

Crianças que não conseguem obedecer regras, que não conseguem ter um cuidado consigo mesma com coisas simples e cotidianas, que não compreendem a passagem do tempo, que não se compreendem como um ser ali daquele espaço, espacialidade mesmo, conhecimentos abstratos e lógicos mostram claramente que há uma deficiência cognitiva, que não está relacionada apenas com limites de regras claras e pré-estabelecidas pelos pais e/ou escola.

Existem casos mais severos que se apontam cerca de 13% das crianças brasileiras, Nova Escola (2015) “Apenas os 13% restantes, com comprometimentos mais severos, vão depender de atendimento especial por toda a vida.”

A deficiência intelectual ocorre por vários fatores, porém estudos apontam como principais causas as seguintes:

As causas são variadas e complexas, sendo a genética a mais comum, assim como as complicações perinatais, a má-formação fetal ou problemas durante a gravidez. A desnutrição severa e o envenenamento por metais pesados durante a infância também podem acarretar problemas graves para o desenvolvimento intelectual. (AMPUDIA, 2011, s. p.).

Pensar nessa deficiência como algo importante é o que tenho feito, pois percebo que nas salas de aulas nos depararmos com crianças/alunos com déficits na aprendizagem, com comportamentos diferenciados dos demais alunos, algo fora do comum e que nos deixa sempre na dúvida de como agir e auxiliar esse aluno para que tenha o desenvolvimento cognitivo adequado com sua idade/série.

No cotidiano verifica-se que alunos no geral apresentam normalmente comportamento diferenciado uns dos outros, o que é normalmente compreensivo já que todos somos

diferentes, o problema é que há muitas crianças que não se enquadram nessa normalidade da diferença, deixam a desejar para si mesmo aspectos e atitudes que deveriam ser diferentes mediante a idade que as mesmas possuem. Perceber que um aluno não consegue sentar adequadamente, falar, escrever, resolver pequenas atividades, ter iniciativa, atitude, nos faz perceber que há algo que precisa de um novo olhar, ter outra ótica e atenção. Todos os anos nos deparamos com dois, três ou mais alunos com essas características, crianças que talvez necessitem de estímulos diferentes, e atenção pensada para ela no individual, pois está por sua vez possa apresentar uma deficiência intelectual que merece total atenção.

Muitos pais não compreendem quando levantamos ou apontamos para o lado da saúde de seu filho, dificultando ainda mais a desenvoltura e o processo de ensino aprendizagem de seu filho.

Essa realidade é constante, ainda mais porque esse tipo de deficiência não é perceptível, ou melhor, comprovada com facilidade, não é física onde se veja claramente, e muitos profissionais de educação e saúde precisam juntos detectar, avaliar e diagnosticar.

A deficiência intelectual é a incapacidade de um ser humano em desenvolver certas ações no âmbito cognitivo, comportamental e afetivo, onde o seu quociente de inteligência não condiz com o seu desenvolvimento, onde comumente a maioria dos seres humanos seriam capazes de executar sem maiores problemas de acordo com sua idade.

De acordo com determinada idade o ser humano através de seu desenvolvimento tem desenvolvido habilidades que os tornam capazes de executar algumas ações ditas normais em meio ao que diz a normalidade do desenvolvimento humano.

Portanto, quando um aluno de acordo com sua idade/série não consegue executar ações regulares do cotidiano escolar, percebemos que há algo a ser observado com maior atenção, pois pode apresentar uma deficiência ligada ao seu desenvolvimento, interferindo suas ações cognitivas que possa estar ligada a sua saúde e com certeza merece atenção.

Existem diversas formas de deficiência intelectual, o autismo, síndrome de *down* e outras, onde estas limitam o ser humano em suas capacidades de desenvolver práticas cognitivas e adaptativas no seu dia a dia.

Um dos maiores desafios do professor em sala de aula é saber como lidar e ou mesmo identificar sem apoio de profissionais ligados a saúde como neuropsiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e outros, essas limitações, pois o professor por si só, sem apoio da família, não consegue ir além do que deveria para que uma criança possa desenvolver-se adequadamente e cognitivamente. Um pedagogo não tem autonomia de

diagnosticar uma deficiência, e quando percebe a diferença comportamental, muitas vezes se depara com a negativa dos pais que não aceitam a diferença de seu filho, negligenciam a atenção que este deve ter e além de não procurar ajuda, dificultam o processo de ensino aprendizagem do seu filho, compromete a aprendizagem de outros que acabam prejudicados pelo comportamento inadequado do seu filho.

2.3 Capacitação de professores para atuarem no ensino especial

A capacitação de profissionais de educação é simplesmente crucial para o processo de inclusão no ambiente escolar. Pois a ação humana na área da inclusão vai além das necessidades físicas. O conhecimento propriamente dito deve ser levado em consideração sempre, pois pedagogicamente faz-se necessário compreender, o como fazer e proceder para o desenvolvimento humano.

Percebe-se que mesmo com a lei muitos profissionais aprendem no dia a dia, isso com certeza dificulta o processo num todo, pois sabemos que os estados precisam dar suporte intelectual ampliando as possibilidades de conhecimentos para que o processo de ensino especial realmente aconteça. Vemos que muitos profissionais que estão nas salas de AEE, estão nestes ambientes para saírem das salas de aula, porque são parentes ou amigos de alguns gestores e estão cumprindo sua carga horária de trabalho, mas não estão cumprindo sua missão de ensinar e facilitar o processo de ensino aprendizagem de seus alunos.

Vemos sim, um grande descaso para com esses alunos, que ficam à mercê de um “faz de conta”. Isso tudo dar-se-á pela falta de compromisso com a inclusão, em levar seriamente esse processo capacitando profissionais que possam se pré dispor com envolvimento pela causa, e pela ação de realmente inserir esses seres com necessidades especiais nessa sociedade do “jeitinho brasileiro”.

[...] a necessidade de contínuo aprimoramento profissional e de reflexões críticas sobre a própria prática pedagógica, pois a efetiva melhoria do processo ensino-aprendizagem só acontece pela ação do professor; a necessidade de se superar o distanciamento entre contribuições da pesquisa educacional e a sua utilização para a melhoria da sala de aula, implicando que o professor seja também pesquisador de sua própria prática; em geral, os professores têm uma visão simplista da atividade docente, ao conceberem que para ensinar basta conhecer o conteúdo e utilizar algumas técnicas pedagógicas. (SCHNETZLER e ROSA, 2003, p.27 apud FOGAÇA, 2013, s. p.).

Se no ensino regular, temos essa necessidade de formação contínua, visando a aprimoramento da nossa ação pedagógica, que a séculos vem se construindo, imagine só no

ensino especial e inclusivo, que ainda está galgando seus primeiros caminhos e conquistando espaço, e deve ser visto e revisto várias e várias vezes. Sabemos que a prática é de extrema importância, mas esta precisa estar associada a estudos e troca de experiências analisando assim o que está dando certo e o que pode melhorar, encurtando caminhos, onde de fato esses alunos se sintam capazes e importantes com suas limitações.

Ser deficiente em toda e qualquer situação é comum, o que não é comum é não entender o processo e fazer de conta que pode dar certo. A inclusão só dará certo de verdade quando profissionais realmente souberem os caminhos a percorrer para melhorar suas práticas e promover o fazer pedagógico de acordo com a necessidade de cada ser de forma individual e particular, suprimindo a necessidade de cada indivíduo com deficiência.

3 OBJETIVOS

3.1. Geral

Analisar as percepções de professores quanto a inclusão de alunos com deficiência intelectual, em uma escola de Rio Branco, de modo a identificar as ações e os desafios enfrentados pelos mesmos em sala de aula, para lidar com estes alunos e suas especificidades.

3.2 Específicos:

- Identificar as dificuldades de professores para inclusão de alunos DI.
- Identificar algumas estratégias de professores para promover o processo de inclusão de alunos DI.
- Identificar as percepções de professores quanto ao processo de inclusão de alunos com necessidades especiais em uma escola regular.

4 METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

Ao iniciar uma pesquisa, percebe-se a necessidade do uso de diversas formas metodológicas, para que esta tenha embasamento substancial e fundamental no decorrer de seu desenvolvimento e maturação enquanto pesquisa científica. Sua problemática nos leva a pensar em métodos e caminhos que enriqueça o conteúdo teórico e tenha realmente valor acadêmico.

Segundo os procedimentos realizados na coleta de dados, há algumas das formas de pesquisa que serão utilizadas, como:

Natureza da pesquisa: pesquisa qualitativa – é produzida por algo particular, o qual não podemos medir, pois a vivência e o indivíduo se tornam um só elemento de pesquisa. Assim sendo, quando se leva em conta o ser em particular, leva-se também suas crenças, culturas, modo de viver individualmente. Nesse aspecto não se pode avaliar de forma quantitativa, pois existe uma personalidade intransferível. Para Minayo (2010, s. p.),

O conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes.

O ser humano entre os seres vivo em geral, se distingue por pensar, por organizar-se e ser capaz de adequar-se as regras de uma sociedade, o fazendo assim um ser social. As limitações de uma deficiência física e/ou intelectual acaba de certa forma limitando esse ser para se portar e contribuir de forma ativa na sociedade. Porém, são exatamente os outros seres humanos capacitados de formas intelectuais e físicas, que devem se diferenciar na forma de agir perante essas limitações do outro, o tornado de alguma forma um ser que possa contribuir e mais especificamente viver em sociedade ativamente com suas atitudes e ações que o façam feliz e transformador de sua própria história.

4.2 Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola estadual de Rio Branco que fica situada em um bairro urbano da cidade, essa escola atende crianças de diversos bairros e com uma

clientela inconstante por várias mudanças de endereço das famílias que geralmente moram de aluguel. Em sua maioria essas crianças são extremamente carentes e com condições sociais e financeiras bem delicadas, alunos que possuem raro acompanhamento e apoio familiar em seu ensino aprendizagem.

Muitas dessas famílias são beneficiadas com os programas Bolsa Família (Programa do Governo Federal para as famílias de extrema pobreza) e Saúde na Escola (Programa desenvolvido na escola que conta com médico pediatra para realizar consulta aos alunos com o acompanhamento dos pais e/ou responsáveis), porém, enquanto professores, não temos o controle real dessas ações.

A comunidade escolar é composta de alunos oriundos das mais diversas famílias e camadas sociais, com uma prevalência de famílias de baixa renda que ganham até 2 salários mínimos; trabalhadores autônomos, diaristas e pessoas que desenvolvem outras atividades de caráter temporário.

Outro fator a ser considerado e comprovado no ato da matrícula dos alunos é o baixo índice de formação dos pais, que na sua maioria não concluíram se quer o ensino fundamental.

A escola oferta ensino infantil, ensino fundamental I, EJA (educação de jovens e adultos) atende as séries do pré I ao 5º ano, sendo distribuídos nos turnos matutino e vespertino e noturno em suas 7 (sete) salas.

A escola atende também alunos com necessidades especiais, com uma pequena clientela, mas que já nos mostra ações no processo de inclusão.

A organização pedagógico-administrativa é composta pela seguinte estrutura: Conselho Escolar; Diretor; Coordenador de Ensino; Coordenador Administrativo; Secretária Escolar; Um Coordenador Pedagógico por turno; Quadro funcional de professores; Quadro funcional de funcionários administrativos; Quadro funcional de Cooperativa.

4.3 Participantes

Fizeram parte desta pesquisa 1 professor da sala de recurso que já atende há mais de 5 anos e por isso resolvi escolhê-lo, pois este tem o conhecimento necessário da escola, já que participa e trabalha na escola especificamente na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) há alguns anos e 4 professores da sala regular da instituição pesquisada.

Neste trabalho, para preservar a identidade dos participantes eles foram codificados da seguinte forma: P(1), P(2), P(3), P(4) e P(5).

4.4 Materiais

Para a realização deste trabalho foram utilizados:

- ✓ Computador;
- ✓ Impressora;
- ✓ Papel A4;
- ✓ Livros;
- ✓ Caneta;
- ✓ Grampeador;
- ✓ Grampos.

4.5 Instrumentos de Construção de Dados

Para esta pesquisa, utilizamos o instrumento questionário, que foi construído com perguntas abertas e aplicado a 4 professores do ensino fundamental I, de sala regular na escola pesquisada e 1 professor da sala de AEE.

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

A realização deste trabalho ocorreu conforme segue:

1º **Momento** – Apresentação do projeto de pesquisa a equipe gestora da escola, para solicitar autorização e assinaturas dos documentos necessários para continuidade da pesquisa. Os documentos solicitados no início da pesquisa foram Aceite da Instituição (ANEXO A) e Carta de Apresentação (ANEXO B).

2º **Momento** – Sondagem da disponibilidade dos professores em participar dessa pesquisa.

3º **Momento** – Entrega para todos os participantes o TCLE (ANEXO C), para que os mesmos assinassem e entendessem o propósito da pesquisa.

4º **Momento** – Elaboração de questionário para os professores regentes, com questões abertas que buscaram coletar dados que pudessem responder os objetivos da pesquisa.

5º **Momento** – Aplicação de questionário (APÊNDICE A) para 4 professores de sala regular e 1 de sala de AEE, para coleta de dados referentes a pesquisa verificando a realidade vivida por eles na sala de aula visando o entendimento da inclusão em suas salas de aulas.

4.7 Procedimentos de Análise de Dados

Após o levantamento de todos os dados, a análise propiciou identificar se os objetivos citados foram devidamente alcançados, verificando e levando em conta a verdadeira inclusão vivida pelo ambiente e quais os procedimentos positivos e negativos.

Para iniciar e facilitar a compreensão do leitor foi construído um quadro demonstrativo para informar as características dos pesquisados. Os procedimentos seguintes deram-se da seguinte forma: análise das questões, relacionando-as com termos semelhantes e organizando-as em grupos que chamei de categorias e subcategorias para melhor compreensão da visão dos pesquisados.

Fora verificado também o que tem sido feito para que essa lei seja realmente contemplada na escola, quais as intervenções realizadas que priorizam o bem comum ao ser humano que valoriza o coletivo como um todo, diminuindo a possibilidade de exclusão e o não cumprimento da lei.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em consideração os dados coletados, percebeu-se a necessidade de considerar as respostas ordenando em categorias e subcategorias, as quais foram organizadas e pontuadas para maior compreensão do processo de inclusão na instituição pesquisada, bem como os desafios enfrentados. Ressalto que o quantitativo de professores pesquisados, dar-se-á por se tratar de uma instituição pequena e com poucos profissionais e alunos.

Quadro 1 - Características dos professores participantes da pesquisa

Pesquisados	Idade	Sexo	Ano de conclusão graduação	Curso	Anos de formação	Modalidade de atuação
P(1)	33	F	2007	Pedagogia /Letras Português	8 anos	Ensino fundamental I
P (2)	42	F	2010	Pedagogia	5 anos	Ensino fundamental I
P (3)	33	F	2010	Pedagogia	5 anos	Ensino fundamental I
P (4)	50	M	2006	Pedagogia	5 anos	Ensino fundamental I
P (5)	36	F	2008	Pedagogia	7 anos	Ensino fundamental I

Fonte: questionários respondidos pelos professores da instituição pesquisada.

Percebemos claramente com esse levantamento de dados de identificação que todos os professores pesquisados são formados em Pedagogia, têm mais de 30 anos, maioria do sexo feminino, todos graduados há mais de 5 anos, e todos trabalham no Ensino Fundamental I (atendimento de crianças de 1º ao 5º ano),

Com base em suas respostas, levantamos alguns apontamentos que nos levam a compreender o dia a dia de um profissional de educação com o processo de inclusão e atendimento a crianças com DI. Vejamos algumas percepções:

5.1 Inclusão e as Dificuldades dos Professores

Quanto ao processo de inclusão, percebemos por meio dos dados coletados algumas dificuldades apresentadas pelos professores para que de fato a inclusão ocorra na escola pesquisada. Vejamos a seguir, algumas categorias que nos trazem esta reflexão:

a) A inclusão é uma realidade nas salas de aula

A instituição pesquisada, mesmo com toda a problemática de construção em andamento, apresenta poucos recursos materiais e salas diversificadas para atendimento,

mostrando claramente a inclusão acontecendo. Dos 4 pesquisados da sala regular todos afirmam ter aluno com DI e outras deficiências, relatam que estes estão devidamente matriculados e fazem parte da turma com todos os “direitos” que os alunos não deficientes têm na escola.

Os pesquisados relatam que:

Por meio de situações de aprendizagens interativas envolvo meu aluno com DI (P1).

Desenvolvo atividades com grau de dificuldades que ele seja capaz de desenvolver junto com os colegas (P2).

Meu aluno com deficiência apesar da minha dificuldade é tratado de igual maneira, claro que nas nossas condições de troca (P3).

Eu não consigo identificar uma criança com DI, mas percebo que não tem um comportamento comum e com ajuda de outros profissionais identificamos (P5).

Percebe-se claramente a inclusão acontecendo nas salas de aula. Desde um documento da Salamanca em 1994, “A partir da Declaração, as discussões e ações voltadas para a inclusão das pessoas com deficiências passam a se organizar como políticas públicas de atendimento, inclusive no Brasil.” Maciel e Barbato (2010, p. 59). Na verdade podemos ressaltar que a princípio há uma integração, porém com foco um tanto distorcido para a inclusão, pois percebemos a preocupação dos professores em interagir com os alunos, em propor ao seu aluno com DI, desafios que o façam de alguma forma desenvolver e avançar, mediando situações para cumprir uma legislação que visou as demandas das reivindicações sócias porém não viabilizou, o passo a passo a seguir. Pois segundo Maciel e Barbato (2010, p. 58):

Compreende-se que a legislação não deveria ser a primeira etapa do processo, pois deveria ser construída a partir do amplo debate e dos resultados que fossem sendo conseguidos, ou seja, um processo de construção legislativa que equilibrasse orientações: nem o imobilismo da realidade, pois a mudança é desejada e desejável, nem o autoritarismo de decisões que tradicionalmente caracterizam os processos históricos da Educação Brasileira.

O professor P5, nos mostra sua sinceridade ao afirmar que não possui o conhecimento necessário para identificar uma criança com DI, mas sabe bem como proceder em alguns momentos e pedir auxílio. Essa preocupação deve acontecer no processo de inclusão, pois um

profissional preocupado deve percorrer caminhos que o levem a situações de solução, e ajuda a uma criança que necessite e possa lhe ser realmente garantido seu desenvolvimento e ensino aprendizagem.

b) Professores atendem crianças com DI, mas tem dificuldades de explicar sobre a deficiência

Todos os professores pesquisados mencionam que atendem alunos com DI, veja:

Deficiência auditiva e intelectual (P1).

Síndrome de *down* (P2).

Deficiência intelectual e mental de grau altíssimo (P3).

Na sala de recursos são atendidas crianças com deficiência– intelectual, físico, baixa visão e outras (P4).

Autismo de alto grau (P5).

Existe uma fragilidade de conhecimento em relação a DI e podemos perceber nos relatos mencionados abaixo pelos pesquisados. Não só em relação a DI, mas de outras deficiências.

Os professores aceitam a inclusão, mas mesmo com cursos de graduação tão recentes não foram preparados na universidade, e muito menos em cursos de formação continuada que elevem seus conhecimentos e fortaleçam o processo de inclusão, pois o que claramente é percebido, é uma integração sem maiores embasamentos.

Observemos as respostas dos professores pesquisados quando perguntamos se sabem o que é deficiência intelectual:

Deficiência intelectual é um déficit da inteligência. A pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas (P1).

É quando a pessoa tem o funcionamento intelectual inferior à média que consideramos normal (P2).

São pessoas que costumam apresentar dificuldades para resolver problemas compreender ideias abstratas e estabelecer relações sociais, compreender e obedecer regras (P4).

Essas respostas são na maioria frágeis e sem muito conhecimento, apesar de que mesmo há um pequeno aprofundamento no P1 e no P4, pois os dois já fazem alguns cursos, pois atendem em salas de AEE, um na instituição pesquisada e outro no contra turno em outra escola da rede.

É possível observar um certo conhecimento por parte dos pesquisados em relação ao DI, pois segundo Ampudia (2011, s. p.):

Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado.

Mas ao mesmo tempo algo me chama a atenção. O pesquisado P(4), apesar de trabalhar em sala de AEE, foi o que mais demorou a devolução do questionário, e de repente me deparo com informações muito parecidas com as de um autor que cito em minha monografia. Isso é realmente um fato relevante, pois se ele como professor regular de atendimento na sala de AEE, não tem autonomia em elaborar suas concepções e/ou mesmo passar seus conhecimentos de forma mais segura, me pergunto, será que há realmente um atendimento de qualidade? Nessa instituição há inclusão de fato ou apenas integração. O processo de inclusão precisa urgentemente ser levado com maior seriedade.

c) A DI e os grandes desafios dos professores

Na verdade a DI é uma deficiência que muitas vezes passa despercebida pelos professores, por estarem em sua maioria despreparados, não sabem como identificar e muito menos como agir. Usam do improviso e sua própria intuição.

A DI limita o professor de várias maneiras, pois este precisa cumprir com um currículo escolar, e não sabe lidar com uma deficiência tão particular e com uma variável incomum entre os que a possuem se deparando com diversas situações novas e corriqueiras, Ampudia (2011, s. p.) ressalta que:

Para a especialista, o professor é capaz de identificar rapidamente o que o aluno não é capaz de fazer. O melhor caminho para se trabalhar, no entanto, é identificar as competências e habilidades que a criança tem. Propor atividades paralelas com conteúdos mais simples ou diferentes, não caracteriza uma situação de inclusão. É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala - o que também contribui para a integração e para a socialização do

aluno. Em sala, também é importante a mediação do adulto no que diz respeito à organização da rotina. Falar para o aluno com deficiência intelectual, previamente, o que será necessário para realizar determinada tarefa e quais etapas devem ser seguidas é fundamental.

Os direcionamentos apontam os caminhos, mas professores dizem na verdade quais os grandes desafios em mediar o conhecimento com uma criança com DI.

As dificuldades encontradas é que temos que realizar ações para adaptação curricular, avaliação diferenciada, organização de estratégias pedagógicas de forma a atender as necessidades educacionais especiais do aluno em contexto. Trabalho colaborativo com a família (P1).

O espaço inadequado; a quantidade de alunos na sala; a falta de formação (P2).

As maiores dificuldades ainda se encontram na própria escola e muitas das vezes por parte da família que ainda não vê a inclusão como uma das formas mais importante na vida de seu filho (P4).

Uma das maiores dificuldades é o apoio da família em trabalhar lado a lado conosco, aceitando, compreendendo e nos auxiliando, pois quando já sabem sobre a deficiência de seu filho, muitas vezes não colabora. E quando não sabe, não aceita (P5).

Segundo os professores pesquisados o apoio familiar é essencial no processo de inclusão, e deve com certeza fazer parte desse processo com foco em parceria família x escola.

d) Professores e a necessidade do apoio familiar

Levando em consideração os relatos dos professores na subcategoria anterior, se faz necessário, abordar esta nova subcategoria, já que esta é uma das dificuldades dos professores.

O apoio familiar é sempre a melhor maneira e o melhor caminho a seguir. “A família é certamente o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento no qual o ser humano vive. Suas experiências dentro do seio familiar o marcarão por toda a vida”. Marciel e Barbato (2010, p. 40).

Um aluno não deficiente que tem apoio familiar é simplesmente notável e admirável o seu avanço no processo de ensino aprendizagem. Sendo que na maioria os alunos que não

possuem esse apoio tão importante, ficam sempre desestimulados e enfrentam muitas dificuldades em sua vida escolar.

Os pais precisam ter mais acesso à escola, precisam ser comprometidos e acreditar na escola. E ao perceber uma suspeita de um professor é preciso receber o alerta com uma ótica delicada. Pois, o pedagogo ao suspeitar que um aluno apresenta algum comportamento diferenciado e sinaliza aos pais, estes devem compreender que há algo a fazer e geralmente na área da saúde para que seu filho seja melhor atendido, e tenha uma melhor rendimento. A deficiência intelectual como o autismo, dependendo do grau é praticamente imperceptível, pois a criança é fisicamente normal, porém, tem dificuldades de se socializar, de compreender o mundo de forma comum a outras crianças não deficientes.

E os pais que amam demais os seus filhos, muitas vezes acabam não percebendo as diferenças comportamentais de seu filho, e também como muitos professores não tem capacitação para identificar. Ou mesmo, pelo convívio, se acostumam e acha o ritmo de seu filho totalmente normal.

Muitos pais são indiferentes as suspeitas dos profissionais de educação, não compreendem e rejeitam qualquer informação que seu filho necessite de auxílio de profissionais de saúde, principalmente por que muitos precisam e necessitam passar por profissionais como psicólogos, psiquiatras, neuropsiquiatras, neuropediatras, fonoaudiólogos e outros. Pois, existe um preconceito em relação a esses profissionais, onde quem necessita de algum destes seja classificado como: “louco, doente mental, tatan, pinel”, entre outras denominações pejorativas. E, os pais precisam investigar a fundo e auxiliar os professores diminuindo assim seus desafios, onde essa criança possa realmente ser inserida de fato no mundo escolar, pois segundo Bibas (2013, s. p.) o:

[...] papel de grande importância dos pais está relacionado à conscientização da criança sobre sua condição. A criança com necessidades educativas especiais incluídas em classe regular está sujeita a situações de conflito. Cabe aos pais explicarem, interpretarem com ela as reações dos outros. Quando ela não sabe por que as coisas são como são, fica mais difícil se manter na tentativa, aceitar limitações e superar obstáculos. O sentimento de acomodação ou revolta acaba sendo a válvula de escape para tentar acalmar ou responder aos questionamentos a que ela se expõe diariamente. Saber sobre si mesmo vai facilitar para a criança a aceitação de suas limitações e atividades adaptadas.

Não há um melhor caminho para esse desenvolvimento, que uma grande relação entre família e escola. Se uma criança necessita de atenção especial e apresenta necessidades especiais, ela precisa ser compreendida principalmente no meio familiar, na sua base, e

precisa ser vista como pessoa “normal”, mas com algumas e talvez grandes ressalvas de aprimoramento para sua vida.

Professores vivem grandes conflitos em tomadas de decisões nesse processo de inclusão, pois seus grandes e maiores desafios, são a Lei – pois devem cumpri-la, porém, os espaços físicos, cursos de formação necessária para o atendimento direcionado, apoio de sala de AEE, apoio da comunidade escolar e da própria família, os levam a dispensar nesse processo que deve ser coletivo, efetivo e contínuo.

5.2 Estratégias e Percepções de Professores na Promoção da Inclusão

Por meio dos dados coletados percebemos algumas práticas e estratégias utilizadas pelos professores que tinham como objetivo promover a inclusão de alunos DI. Vejamos a seguir algumas categorias que surgiram a partir desta percepção:

a) Prática e metodologias de professores como forma de estratégias positivas

Essa prática deve ser comum no dia a dia de um docente, porém, com uma criança com DI, precisa de uma atenção diferenciada, direcionada e particularmente individual. Pois assimilar questões abstratas é algo mais complexo para um aluno com DI, portanto faz-se necessárias estratégias que contemplem suas habilidades direcionando-o para o desenvolvimento e o tornando capacitado, ou seja, ele possa assimilar da melhor maneira suas habilidades de acordo com idade/série.

Em relação a promoção da igualdade em relação ao convívio dos alunos com necessidades especiais aos demais: os pesquisados afirmam promover a igualdade entre seus alunos e dentre as atividades mais utilizadas, para que de fato está promoção ocorra, são utilizadas diversas atividades com este objetivo:

Por meio de situações de aprendizagens interativas (P1).

Desenvolvo atividades com grau de dificuldades que ele seja capaz de desenvolver junto com os colegas (P2).

Orientando a professora da sala comum inserir o aluno nas atividades de grupo tanto na sala com extra sala (P4).

Muitas vezes uso do improviso mesmo, mas geralmente utilizo e acompanho meu aluno com atividades que pesquiso, direcionadas de acordo com sua dificuldade, acompanhando-o bem de perto (P5).

Na verdade, eles não apontam com retidão o que realmente fazem, com segurança, e essas são as grandes e maiores estratégias usadas por esses profissionais. Não saber identificar, não ter apoio familiar, e não ter formação direcionada, sendo realmente necessário usar muitas vezes do improviso como cita o pesquisado P5. Creio que essa seria a melhor palavra nesse momento - improviso. O professor de hoje precisa ser polivalente.

É importante enfatizar aqui que a missão principal do professor não é exatamente dar aula, mas sim fazer seu aluno entender. Essa diferença é fundamental para que a escola reconquiste o seu lugar de um precioso contexto de desenvolvimento. A noção de que os professores devem desenvolver, em vez de simplesmente ensinar pode ser transformadora das práticas pedagógicas que se encontram no cotidiano escolar do momento. Aprender é constituir significado e ensinar não é apenas dar aula. É fazer o outro entender. O problema é que nosso ensino ainda é calçado em dar aula, passar prova, obedecendo a lógica em que o professor ensina e o aluno aprende: uma dinâmica que não corresponde exatamente à realidade, já que a aula, propriamente, ocupa cada vez menos espaço na sala de aula. (MARCIEL e BARBATO, 2010, p. 43).

Portanto, o professor precisa de várias estratégias, para que haja o ensino-aprendizagem, principalmente no momento de inclusão. A preparação tanto do professor quanto do aluno precisa ser direcionada, porque de nada adianta ter uma formação continuada direcionada para surdez, se no ano letivo tem-se um aluno com deficiência intelectual, como autismo, síndrome de *down* e etc. As estratégias precisam ser pensadas para todos.

Os professores fazendo o que podem, mergulham e usam as leituras como maneiras estratégicas de compreensão em relação a aceitação e socialização mais suavizada com os outros alunos não deficientes. Pois sabem que através de leituras podemos trazer o aluno para o mundo letrado.

Porque através da leitura proporcionam-se condições adequadas para reflexão, interação e a conscientização das diversas e diferentes maneiras de pensar e agir (P1).

Porque a informação é o melhor caminho para a socialização (P2).

Sempre que posso ou que tenho conhecimento uso a leitura como fonte de reflexão, pois muitos alunos respeitam os colegas com DI e com outras deficiências, mas também tem aqueles que demonstram o preconceito claramente e as vezes em forma de crueldade (P3).

Para que eles se sintam valorizados e aumentar sua autoestima (P4).

A leitura é uma das melhores maneiras de compreender qualquer mudança ou novidade. Uso paradidático com várias temáticas sobre a diversidade, não só as deficiências (P5).

Os professores pesquisados enfrentam grandes desafios também com os demais alunos, porém, procuram de todas as formas envolver e melhorar a relação entre todos, como caminho e estratégia, usam diversas leituras na perspectiva de mudar o pensar, o agir, as próprias atitudes e valores de toda turma que aceitem conviver com os colegas com deficiência, de forma respeitosa e produtiva.

b) Capacitação de professores como perspectiva para o processo de inclusão de qualidade

Compreende-se claramente a necessidade de maiores conhecimentos e envolvimento com as diversas formas de deficiências, pois os professores ressaltam essa importância, inclusive os que se demonstram predispostos a compreensão, mencionam que só estão e encontram-se nessas condições, por estarem na sala de AEE, ou os que fizeram uma especialização na área. Com citam:

Acredito que quando todos os educadores estiverem preparados para receber crianças com algum tipo de deficiência, haverá sim de fato e de verdade a inclusão escolar. Para isso, falta formações para o docente (P1).

A maior necessidade para que aconteça a verdadeira inclusão são a melhorias dos espaços físicos e principalmente a capacitação de professores (P3).

O que mais necessitamos para que haja uma inclusão de qualidade e formação continuada para professores nas diversas áreas das deficiências (P5).

Professores da sala de AEE, sempre estão participando de cursos e formações continuadas, onde elevam seus conhecimentos e melhoram a forma de ação em atendimento com os alunos que apresentam alguma deficiência, porém, professores da sala regular dificilmente participam desses cursos, e recebem dia a dia alunos com diversas deficiências, mas, sem qualquer ou algum preparo que lhe faça ter competência para atender o aluno inserido, de forma que contemple suas reais necessidades e possa lhe garantir o desenvolvimento cognitivo e intelectual desejado por pais, os próprios professores e a própria criança/aluno.

Não tem como falar em educação de qualidade sem mencionar uma formação continuada de professores; que já vem sendo considerada, juntamente com a formação inicial, uma questão fundamental nas políticas públicas para a educação. A escola está desempenhando vários e novos papéis na sociedade atual; este vem sendo um campo de constante mutação, e o professor tem um papel central: é ele o responsável pela mudança de atitude e pensamento dos alunos. O professor precisa também estar preparado para os novos e crescentes desafios desta geração[...] (FOGAÇA, 2013, s. p.).

O autor relata claramente a necessidade dessa formação, fala em mutação, pois o que vivemos hoje realmente é o que foge ao comum, a tradicional forma de trabalhar no mundo educativo. Professores precisam saber como lidar pedagogicamente com diversas e diferentes situações em uma sala de aula, e estes se não forem preparados, podem cometer erros muitas vezes irreparáveis na vida de uma criança com DI e outras deficiências, e de contra partida nos outros alunos que vivenciaram com uma “inclusão” mal estruturada.

[...]observa-se que na realidade não é isso o que ocorre na formação continuada de professores. Ela se dá geralmente com cursinhos de curta duração, simpósios, reuniões e também por outras ações que têm como princípio a prática da auto formação e da formação colaborativa entre professores (MALDANER e NERY, 2009 *apud* FOGAÇA, 2013, s. p.).

E, os próprios professores pesquisados falam sobre a necessidade, de suas perspectivas em relação à preparação para esse momento com curso realmente significativos, pois essa realidade é perceptível e necessária nesse atual momento da sociedade brasileira.

Se não há realmente o aprendizado desejado para os professores, também não haverá para os alunos, e os professores acabam sendo obrigados a cumprir a lei, sendo que um dos pontos mais importante é deixada para depois, ou mesmo de qualquer jeito, que é a qualidade da inclusão. Como menciona Fogaça (2013, s. p.) “Portanto, estes cursos de formação continuada, da mesma forma que os cursos de formação inicial, vêm sendo considerados insatisfatórios”.

Essa é a grande realidade, e não fazer formação direcionada a real necessidade do professor, é simplesmente cumprir tabelas burocráticas, onde está não promove a inclusão realmente desejada.

c) Percepção de professores reforçando o apoio familiar

O melhor caminho para que a inclusão seja eficaz e tenha pleno sucesso é com certeza primeiramente o conhecimento, por parte de todos os profissionais de educação, principalmente o professor, os pais e a própria criança que tenha a deficiência, em foco a intelectual.

A família e escola devem andar de mãos dadas, onde possam juntas compreender que o processo de ensino aprendizagem dar-se-á com parcerias firmadas entre ambas as partes. Para que se tenha sucesso é preciso de plano de ação, e no caso da inclusão a escola deve estar aberta, porém, os pais devem permitir que participe ativamente sem cobranças e sim com papéis preestabelecidos e envolvidos nesse compromisso de educar e incluir. Bibas (2013, s. p.) cita que:

Não apenas da escola, mas também dos pais da criança que acreditam que **a escola é para todos**. À medida que o processo da inclusão caminha, percebemos que melhor está a criança que, além do apoio de professores e profissionais, também recebe apoio para sua aprendizagem em casa, de seus familiares.

Essa concepção na verdade cabe a vida escolar de qualquer criança. Mas em relação a inclusão é algo que realmente é necessário. Não há como pensar em inclusão onde todo o processo fique delegado apenas ao ambiente escolar e aos seus profissionais. Bibas (2013, s. p.) menciona também que:

Pais têm um tempo maior para metabolizar a chegada em suas vidas de um filho com alguma deficiência, mais tempo para se reorganizarem e irem à luta. O tempo de uma professora é outro, é um tempo mais rápido, mais urgente, com mais exigências e com início e fim pré-determinados. Muitas vezes, aquele pode ser seu primeiro aluno com necessidades especiais e ela pode se sentir insegura. O convívio com crianças com alguma deficiência provoca uma saudável revisão de valores. É a oportunidade para pais e professores reverem seus conceitos de “normalidade” e poderem aceitar novos formatos de aprendizagem e competências, diferentes demonstrações de esforço e novos critérios de sucesso. Aprender, para a criança com deficiência, exige empenho, repetição e dedicação e este seu tempo precisa ser levado em conta. A ajuda dos pais é bem-vinda, pois eles podem trazer informações preciosas sobre os interesses, habilidades, preferências e ritmos

de seu filho. Pais atentos podem perceber e, junto com a escola, direcionar talentos, em uma perspectiva de futuro no caminho da profissionalização e autonomia.

A visão do autor é extremamente pontual, pois realmente o tempo da professora é sempre outro, é menor, é direcionado, e uma criança com deficiência precisa de um olhar e de um acompanhamento mais contínuo. O professor não pode acompanhar seu aluno até a sua casa, com raras exceções, por tanto os pais e professores devem juntos participar do processo de inclusão através de trocas e apoio, onde um complete o outro com a sua necessidade no processo de ensino aprendizagem de um aluno incluso e que deva não só pela lei, mas pelo conhecimento de ambos os termos seu desenvolvimento humano garantido.

Os professores percebem claramente que há uma necessidade vital do envolvimento de todos, em especial a família.

Trabalho colaborativo com a família (P1).

Participação ativa da família (P3)

Parte da família que ainda não vê a inclusão como uma das formas mais importante na vida de seu filho (P4).

Família x escola e na verdade deve ser família + escola (P5).

Há um clamor pós-percepção dessa necessidade, onde Maciel e Barbato (2010, p. 50), complementam que:

Uma sociedade democrática e inclusiva está em permanente tensão entre utopia e realidade, entre diferença e equidade. Para que os valores do respeito à diferença possam ocorrer, é necessário formar crianças que desde pequenas aprendam e aceitem padrões de comportamento diferentes dos seus. Nesse sentido, a família e posteriormente a escola, ocupam o papel de ajustar a crianças a padrões desejados socialmente: bons níveis de escolarização, atitudes orientadas positivamente para as práticas culturais que se desenvolvem dentro de determinado contexto social.

A família sempre em primeiro lugar seja organizada em qualquer formato socialmente de acordo com a diversidade, pois hoje as famílias são estruturadas de várias formas e gêneros. A necessidade desta parceria é clara, e no processo de inclusão é remete-se realmente necessário e bem mais eficaz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa identificou a inclusão escolar com foco na deficiência intelectual e suas diversas teorias, nos levando a vários caminhos e formas de caminhar. Sendo que a atual realidade que vivenciamos é ainda infelizmente o real descaso e compromisso com questões da inclusão por parte de autoridades e outros, estas não se fazem presentes como deveriam no currículo, nem mesmo nas diversas ações escolares.

Percebeu-se que a passo lento, fala-se de uma inclusão que é lembrada de forma isolada e vagarosa, principalmente quando há uma cobrança pelas “autoridades” do conselho estadual de educação e/ou mesmo por pais mais esclarecidos e que de alguma forma querem participar, juntamente com a escola, do processo de ensino e de aprendizagem de seu filho.

Também verificou que há professores que se envolvem nesse processo, para que possam sentir-se capazes de incluir, onde buscam conhecimentos e oportunidades através da busca de conhecimentos de forma autônoma.

O trabalho teve foco nos desafios e dificuldades enfrentados pelos docentes, bem como se verificou as estratégias e percepções sentidas por esses professores.

Percebeu-se que parte da escola, corpo docente e comunidade escolar estão despreparados para colocar em prática a real e necessária inclusão. Que os profissionais de educação fazem o que podem e ainda colhem esse descaso até mesmo quando galgam caminhos de estudo para aprofundarem nessa temática, que não há incentivo nem valorização de sua busca por parte da rede de ensino direcionada aos professores da sala regular e sim e somente para professores de AEE. Há também profissionais que não buscam conhecimentos e não querem maiores compromissos, se fecham a em sua rotina onde muitas vezes, a realidade dos fatos é para evitar uma sobrecarga de tempo e trabalho.

O resultado desse trabalho é que podemos identificar a qualidade da inclusão, ou melhor, a má qualidade do processo de inclusão, onde professores enfrentam diversos desafios por estarem despreparados e mal assistidos diante a realidade do processo. E que os alunos com DI, não estão sendo inclusos na escola com reflexo em sua aprendizagem, muitas vezes pela falta de esclarecimento e de conhecimento por parte dos responsáveis, como gestores, coordenadores, rede de ensino e etc. Levando-se em conta também a falta de conhecimento, participação e parceria da família com a escola segundo os professores pesquisados.

E que apesar de todos os problemas percebemos neste contexto que a inclusão acontece e que os professores precisam responder por suas ações pedagógicas, refletindo sobre suas práticas a cada dia.

REFERÊNCIAS

LONSO, Daniela. **Os desafios da Educação inclusiva: Foco nas redes de apoio**. Revista Nova Escola, São Paulo: Editora Abril, 2013. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml>..> Acesso em 20 jun. 2015.

AMPUDIA, Ricardo. **O que é deficiência Intelectual?** Revista Nova Escola, São Paulo: Editora Abril, 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-intelectual-inclusao-636414.shtml>>. Acesso em 08 set. 2015.

BARBATO, Silviane; MACIEL, Diva Albuquerque. **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Brasília: 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BIBAS, Mayr Josiane. **Como os pais podem ajudar na aprendizagem e inclusão de seus filhos?** 2013. Disponível em: <https://inclusaoaprendiz.wordpress.com/2013/03/20/como-os-pais-podem-ajudar-na-aprendizagem-e-inclusao-de-seus-filhos/>. Acesso em 04 nov. 2015.

FOGAÇA, Jennifer. **Formação continuada de professores**. Brasil Escola, Canal do educador. 2013. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/formacao-continuada-professores.htm>>. Acesso em 17 out.15.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais). Resenha.

Como a legislação assegura a inclusão dos alunos com deficiência. Gestão Escolar, 2015. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao-educacional-trata-inclusao-759502.shtml>>. Acesso em 11 de out. 2015

A Deficiência. **Educação Inclusiva/Especial**. Disponível em: <http://www.deficiencia.no.comunidades.net/educacao-inclusiva-especial>>. Acesso em: 18. Out. 2015.

PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: Ibplex, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para o Professor (Modelo)

Prezado(a) Professor(a),

Em primeiro lugar quero dizer que é um prazer entrar em contato com você para realização de uma pesquisa, onde pretendo levantar dados sobre a situação de deficiência intelectual no dia a dia do professor do ensino fundamental. Ressalto que mantereí sigilo, portanto, não se identifique. O objetivo deste questionário é fundamentar a pesquisa que realizo para minha monografia.

São perguntas para as quais não existem respostas certas nem erradas, sendo assim, a ideia é que você responda cada pergunta de acordo com sua opinião. Conto com a sua colaboração, sem a qual não poderei realizar esse estudo que, espero, possa auxiliá-lo futuramente no seu fazer pedagógico.

Muito obrigado.

Professora Rosana Nobre.

Questionário de pesquisa

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A):

1) Idade: _____

2) Sexo: () M () F

3) Área de formação na graduação: _____

4) Modalidade de curso de graduação: _____

() Licenciatura () Bacharelado () Outro

5) Seu ano de conclusão na graduação: _____

6) Quantos anos de formação? _____

II. DADOS SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL:

1- Para você, o que é deficiência intelectual? Explique.

2- Você hoje tem algum aluno com algum tipo de deficiência na sua sala de aula? Se sim, qual o tipo de deficiência?

3- Você se sente capacitado para atender criança com alguma deficiência? Explique.

4 - Na sua visão como podemos identificar uma criança com essa deficiência (DI) na escola?

5- Você conhece ou já ouviu falar da Lei nº 7.853/1989? De que trata essa lei?

III. ATUAÇÃO COMO PROFESSOR(A) DE ALUNO DEFICIENTE INTELECTUAL:

6- Você tem promovido a igualdade em relação ao convívio dos alunos com necessidades especiais aos demais? () sim () não. Como?

7- Você prioriza a leitura de temas que tratem as diferenças com seus alunos? Porque?

8 - De que forma você procura estimular alunos com baixa autoestima, em sala de aula? Cite exemplos.

9- Na sua opinião qual a importância de abordar sobre as questões de deficiências para as crianças, em especial sobre a vivência entre alunos que apresentam algum tipo de deficiência e é aluno da escola?

10- Qual sua sugestão para que nossa prática esteja voltada para a igualdade de oportunidades, promovendo o pleno desenvolvimento humano, inclusive a inclusão no ambiente escolar, mesmo diante das dificuldades que enfrentamos socialmente?

11- Independente do currículo escolar, você se acha um mediador capaz e crê que suas práticas são transformadoras na vida de crianças que vivem num contexto desigual e desumano, diante as oportunidades sociais e pessoais de cada uma delas? Comente.

12- Cite as dificuldades encontradas para desenvolver um trabalho com estes alunos, de modo que possam ter um pleno desenvolvimento e seja de fato incluído no ambiente escolar.

13 - Cite os pontos que favoreçam a você, estabelecer estratégias que auxiliem no processo de inclusão destes alunos na escola.

ANEXOS

ANEXO A – Aceite Institucional (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa _____, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B – Carta de Apresentação (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^{sa} Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____